

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 16

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Preço de combustíveis segue sem consenso no Senado 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lucro na venda de imóvel pode ser isento ou taxado pelo IR 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA CORRIDA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Confira sete bons motivos para declarar o seu Imposto de Renda logo nos primeiros dias
..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para aprovar mudança no ICMS, Senado quer novo decreto do IPI 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA CORRIDA
SEGURIDADE SOCIAL

Mudanças no registro civil podem agilizar aposentadoria 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Suspensão julgamento da 'revisão da vida toda' 9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

STF reiniciará julgamento de impacto bilionário ao INSS 10

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco desiste de se lançar ao Planalto 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Zona Franca ficará fora de corte de IPI, diz governador 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo aposta em corte de imposto e em reajuste escalonado 14

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A política atrasada de congelamento de preços (Artigo) 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Na Bahia, refinaria privatizada eleva preços em até 35% este ano 16

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sem dolarização à vista na nova lei cambial (Artigo) 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Barril de petróleo cai 13,1% 18

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - GERAIS
ECONOMIA

Servidores ampliam pressão	19
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Indústria encolhe 2,4% em janeiro e fica mais longe do pré-pandemia.....	22
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Os impactos do conflito Rússia x Ucrânia - SOLANGE SROUR.....	24
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Guerra deve estender sequência de altas dos juros, dizem analistas.....	26
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Pior crise é a interna (Artigo).....	28
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Rodovias da União vão ter a menor verba para obras em 17 anos, diz CNI.....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Indústria inicia mal o ano e guerra piora cenário.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Guerra no leste europeu já impacta preços de bens e serviços no Brasil - COMÉRCIO EM PAUTA	
.....	33

Preço de combustíveis segue sem consenso no Senado



O senador Carlos Viana (MDB-MG), vice-líder do governo Bolsonaro, pediu vista e postergou o análise dos projetos no plenário do Senado



Faço requerimento de que nós retiremos os dois projetos de pauta, para que ouçamos os governadores. O governo quer o controle, a regulação, mas não quer a interferência do mercado"

■ Carlos Viana (MDB-MG), vice-líder do governo

Por falta de consenso, foi adiada para hoje a votação dos dois projetos de lei que tentam frear a alta dos preços dos combustíveis no mercado brasileiro, devido a um pedido de vista do senador Carlos Viana (MDB-MG), vice-líder do governo. É a terceira vez que a votação é adiada por dificuldades na negociação com o governo federal. O relator de ambas as propostas é o senador Jean Paul Prates (PT-RN), que já entregou várias versões de seus relatórios. Os senadores podem apresentar mais emendas aos textos até o início da reunião. "Faço requerimento de que nós retiremos os dois projetos de pauta, para que ouçamos os governadores. O governo quero controle, a regulação, mas não quer a interferência do mercado. São pontos diferentes, conceitos diferentes. O governo quer hoje ouvir os estados. Os governadores se manifestaram, pediram que nós aqui tenhamos a paciência de entender quais são as reivindicações deles", afirmou Viana.

No ano passado, a gasolina acumulou alta de preços de 47,49%, item que mais pesou na elevação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a **inflação** oficial do país, que atingiu 10,06%. Agora, existe pressão no Congresso para analisar os dois projetos por causa da disparada do preço do barril do petróleo causada pela guerra na Ucrânia. A Rússia é um dos principais exportadores de petróleo do planeta.

No Projeto de Lei Complementar 11/2020, que uniformiza o ICMS, a proposta é que os estados definam em conjunto uma alíquota sobre combustíveis que todos aplicariam. Essa decisão seria tomada até o fim de 2022 pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), órgão que reúne os secretários de Fazenda de todos os estados. O ICMS passaria a ter um valor unitário cobrado sobre o litro de combustível, em vez de um percentual sobre o valor final da compra. Além disso, o cálculo do imposto seria feito uma única vez, na refinaria ou na importação do combustível, e não mais ao final de toda a cadeia de distribuição. O objetivo disso seria eliminar o chamado "efeito cascata" de incidência do ICMS. Os combustíveis abrangidos pela mudança seriam gasolina, etanol, diesel, biodiesel, querosene de aviação, gás liquefeito de petróleo e gás natural.

Já o Projeto de Lei 1.472 cria a Conta de Estabilização de Preços de Combustíveis (CEP-Combustíveis), que será usada para financiar um sistema de bandas de preços para proteger o consumidor final da variação do preço de mercado dos combustíveis.

Por esse sistema, o Executivo deverá definir limites mínimo e máximo para os preços dos derivados de petróleo. Quando os preços de mercado estiverem abaixo do limite inferior da banda, os recursos correspondentes à diferença serão acumulados na conta; quando estiverem acima do limite superior, a conta servirá para manter o preço real dentro da margem regulamentar.

"Vamos sair com uma solução empenhada, conciliada com todos os agentes que fazem parte do Estado brasileiro, do setor privado e dizem respeito aos combustíveis. Isso será muito importante. Ter uma conciliação completa e uma solução integrada, organizada, que o governo facilmente poderá implantar. A Câmara receberá esse projeto completamente arredondado de arestas. Com toda a organização e toda a negociação, no melhor sentido, com o governo e com os setores que produzem", afirmou Jean Paul Prates. Diante da escalada do petróleo, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o relator da matéria vêm destacando a urgência na aprovação das medidas.

Pacheco considera urgente a votação das propostas, mas concordou com o seu adiamento para que se

consiga um texto consensual. E cobrou consenso de governo e estados.

"Em um momento excepcional como este, [são necessárias] medidas excepcionais, especialmente de cessão, de ceder, de buscar de fato um consenso em relação a isso. Invoco a compreensão dos governadores de estado, dos senadores, do governo federal e do Ministério da Economia, precisamos deliberar ambos os projetos. Que a gente tire da frente essa questão dos combustíveis que tem travado outros temas", afirmou.

"O que é importante termos em mente é que uma situação que já estava muito ruim se agravou consideravelmente com a guerra na Europa e a elevação do preço do barril do petróleo, e nós precisamos dar essas respostas legislativas, não para resolver todo o problema, porque o problema é muito maior do que uma mera iniciativa legislativa, mas são iniciativas que nós não podemos deixar de tomar e de avaliar no Senado Federal", disse Pacheco também.

CAMINHONEIROS Carlos Viana (PSD-MG), vice-líder do governo no Senado, disse também que os caminhoneiros e os motoristas são os que mais sentem o peso do aumento do preço dos combustíveis. "O presidente Jair Bolsonaro tem um compromisso com os caminhoneiros de reduzir o preço do combustível ou pelo menos de segurar os aumentos. Nós já temos aqui avanços importantes: a questão da redução do IPI para o gás de cozinha, a redução para o preço do diesel", declarou o vice-líder.

"O governo quer o controle, a regulação, mas não a interferência do mercado. São pontos diferentes, conceitos diferentes. O governo quer hoje ouvir os estados.

Os governadores se manifestaram, pediram que nós aqui tenhamos a paciência de entender quais são as reivindicações deles. Essa é uma decisão nacional, tem de ser uma decisão de política pública. Não pode ser apenas uma política de governo momentânea", completou Viana. O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) disse que deve votar favoravelmente ao PLP11/2020, mas não no que se refere ao PL 1.472/2021. "O PLP 11/2020 tem dois pontos muito positivos: a monofasia e a questão do gás, com o que eu concordo totalmente. Por outro lado, o PL 1.472/2021 é uma lástima, é um projeto totalmente inviável.

N o governo também falta consenso sobre o preço dos combustíveis. Ontem pela manhã, Bolsonaro chegou a se reunir com os ministros Paulo Guedes (Economia) e Ciro Nogueira (Casa Civil), para discutir medidas adicionais, além dos projetos no Congresso. Mas

fontes do Planalto informaram que nada ficou acertado, inclusive concessão de subsídios para os combustíveis, que vem sendo cogitada.

ENQUANTO ISSO...

...RECEITA ZERA PIS/PASEP E COFINS SOBRE GÁS

A **Receita Federal** publicou ontem instrução normativa zerando alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins sobre o botijão de gás de cozinha de 13 quilos de uso doméstico. A medida incide sobre a importação e a receita de comercialização do produto. A medida foi adotada para fazer frente à disparada do preço do petróleo causada pela guerra na Ucrânia. A Rússia é o maior exportador mundial de petróleo e derivados combinados, com exportações de cerca de 7 milhões de barris por dia, ou 7% da oferta global. Levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostra que o gás de cozinha ultrapassou os R\$ 100 em todas as regiões do país, variando de R\$ 109,40 a R\$ 140.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/10/03/2022/p1>

Lucro na venda de imóvel pode ser isento ou taxado pelo IR

O ganho obtido na venda de imóvel (lucro imobiliário) pode ser isento ou taxado pelo IR. Assim, quem vende imóvel precisa ficar atento às regras da **Receita Federal** sobre o tema.

* Meu convênio médico na empresa é de coparticipação. Posso declarar o pagamento de dois exames PCR, em que paguei 30% deles? (G.R.J.). Sim. O exame PCR é considerado despesa médica, desde que realizada em clínica médica, laboratório ou hospital e seja comprovada mediante documentação. Informe na ficha Pagamentos Efetuados, código 21, o valor que você pagou.

Como declaro dinheiro recebido em processo trabalhista? E prêmio de loteria? (N.R.J.S.). Informe o valor recebido na ação trabalhista, líquido dos honorários pagos ao advogado, na ficha Rendimentos Recebidos Acumuladamente, na aba Titular. Escolha a forma de tributação: ajuste anual ou exclusiva na fonte (esta última tende a ser mais vantajosa). Preencha todas as informações pedidas pelo programa. O pagamento ao advogado é informado na ficha Pagamentos Efetuados, código 61.0 prêmio recebido em loteria deve ser informado na linha 12 da ficha Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva, conforme o comprovante fornecido pela Caixa.

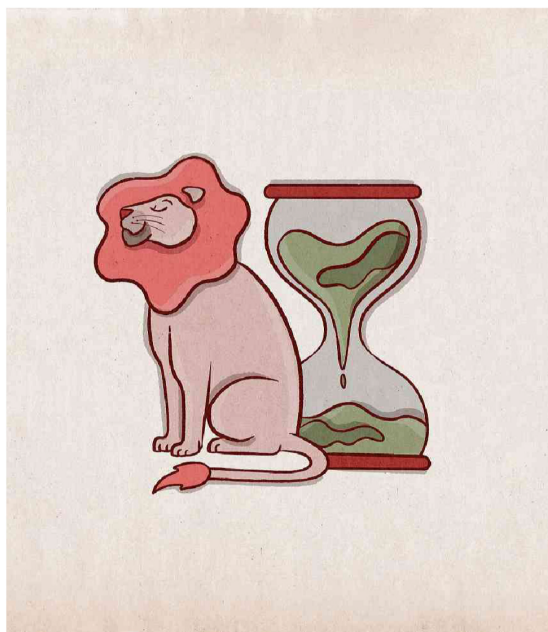
Como declaro precatório recebido pela Caixa, com pagamento a advogado? Com o dinheiro, quitei financiamento na CEE Como declaro? (A.B.). Informe o valor do precatório, líquido dos honorários pagos ao advogado, na ficha Rendimentos Recebidos Acumuladamente, na aba Titular. Escolha a forma de tributação: ajuste anual ou exclusiva na fonte (esta última tende a ser mais vantajosa). Preencha todas as informações pedidas pelo programa. O valor pago ao advogado vai na ficha Pagamentos Efetuados, código 60 ou 61. Na ficha Bens e Direitos, informe a quitação do financiamento na coluna Discriminação em que o imóvel está declarado. Some os valores pagos em 2021 aos de 2020 e lance o total na coluna de 2021. Vendí imóvel em dezembro de 2021 e posso comprar outro em até 180 dias para ficar isento do ganho de capital. Mas o prazo para declarar acaba em 29 de abril (antes de vencidos os seis meses). Como declaro? (V.M.). Na ficha Bens e Direitos, no campo Discriminação, informe os dados da venda, o valor, nome e CPF do comprador e a intenção de aquisição de outro imóvel dentro de 180 dias. O ganho de capital

é considerado rendimento isento e deve ser informado na linha 7 da ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis. Preencha o GCap 2021 e importe os dados para a declaração.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49845&anchor=6451606&pd=70fe425174dc3d062670f52ab8af9f7a>

Confira sete bons motivos para declarar o seu Imposto de Renda logo nos primeiros dias



MERCADO OPINIÃO Mateus Camillo são paulo

A virada de fevereiro para março é o início do ano letivo para os brasileiros não só pelo fim do Carnaval, mas também pela chegada de um visitante incômodo: o leão do Imposto de Renda.

Em março e abril são feitas as declarações de Imposto de Renda, que em 2021 abarcaram 34 milhões de brasileiros, segundo a **Receita Federal**.

Na última segunda-feira (7), começou o prazo para enviar a declaração do Imposto de Renda 2022, que se estende até 29 de abril.

Declarar Imposto de Renda é que nem lavar a louça: chato, mas necessário. No ano passado, 7 milhões de brasileiros ainda não haviam enviado a declaração a cinco dias do fim do prazo.

Pelo segundo ano consecutivo, eu consegui entregar a minha no primeiro dia.

É um orgulho pessoal e uma sensação de que não deixei para estudar na prova só na véspera. Abaixo, compartilho com os leitores da Folha alguns motivos que me estimulam a ser tão pontual.

1. Se você não fizer hoje, nem amanhã, nem na próxima semana, precisará fazer algum dia até 29 de abril. Não faz muita diferença, o sofrimento é o mesmo.

2. Caso tenha imposto a restituir, quanto antes você entregar, antes você receberá. Em tempos de crise econômica, dinheiro no bolso é sempre bem-vindo.

3. Se a declaração do ano anterior estiver no mesmo computador, o programa da **Receita Federal** importa a maioria dos dados. Se sua vida não mudou tanto, bastará trocar os valores para os de 2022 e atualizar alguns poucos campos.

4. A primeira vez é sempre mais difícil. Quanto mais velho você fica, mais experiência ganha, e os campos da declaração se tornam mais fáceis de compreender.

5. Os informes de rendimento, da sua empresa ou do banco, estão a um clique, seja pela VPN do seu home office, seja pelos aplicativos.

6.0 Google e o YouTube estão cada vez mais precisos. Qualquer dúvida, basta digitá-la nos termos tal como aparecem na **Receita Federal** e a chance de uma página ou um vídeo elucidarem a questão é bastante alta.

7. Economia. Se você aprende a fazer a sua, não precisa gastar com contador nunca mais - pelo menos, não para declarar o IR.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49845>

Para aprovar mudança no ICMS, Senado quer novo decreto do IPI

O Senado cobrou do governo uma reedição do decreto que reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em 25% como condição para votar o projeto que altera a cobrança do ICMS sobre os combustíveis, proposta defendida pela equipe econômica.

A redução do IPI afeta a arrecadação de Estados e municípios, que se mobilizam contra o projeto do ICMS. O impasse adiou, pela segunda vez, a votação dos projetos de lei relacionados ao preço dos combustíveis. O pacote voltará à pauta hoje, mas há pressão para que a deliberação fique para a próxima semana.

O pacote também inclui a criação de uma conta de estabilização dos preços dos combustíveis, medida rejeitada pela equipe econômica. O Ministério da Economia pediu uma série de alterações para desidratar a proposta e deixar claro no texto que a medida se submete ao espaço fiscal e orçamentário.

Os projetos foram discutidos em uma reunião na manhã de ontem entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o relator das propostas na Casa, Jean Paul Prates (PT-RN), mas o acordo ficou condicionado a novos acenos dos dois lados.

A alíquota do IPI foi reduzida em 25% para todos os produtos industrializados, à exceção de cigarros. Conforme cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, o governo deixará de arrecadar R\$ 19,1 bilhões por ano com a medida.

As perdas para os Estados e municípios, que ficam com parte das receitas, é de 11,3 bilhões.

A insatisfação dos governos regionais com o decreto do IPI foi exposta por Pacheco. "Há alguma resistência especialmente em relação ao que é o interesse não só do Amazonas, mas do Brasil, de preservação da Zona Franca de Manaus", disse o senador.

"E, segundo sei, o Ministério da Economia precisará reeditar o decreto em razão de deficiências que aconteceram no primeiro, inclusive apontadas pela própria **Receita Federal**." De acordo com ele, Guedes afirmou que avalia a reedição do decreto.

Apesar dos discursos defendendo urgência na

apresentação de soluções para a alta dos combustíveis, o pacote se transformou em um balcão de negócios.

Pressionado a rever a redução do IPI, Guedes condicionou a liberação de verbas adicionais ao Plano Safra, outra demanda de parlamentares, à aprovação do projeto do ICMS, conforme relato de senadores que se reuniram com o chefe da pasta na noite de terça-feira.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mudanças no registro civil podem agilizar aposentadoria

OPINIÃO Rômulo Saraiva Advogado especialista em Previdência Social, é professor, autor do livro Fraude nos Fundos de Pensão e mestre em Direito Previdenciário pela PUC-SP

As regras da aposentadoria dos homens e das mulheres sempre tiveram requisitos diferentes. Até 2019, a mulher se aposentava cinco anos mais cedo do que o homem. E depois da reforma da Previdência essa distância diminuiu para três anos.

O tema voltou ao debate de -pois que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sinalizou que a alteração de gênero, antes do protocolo do benefício previdenciário, pode agilizar a aposentadoria do servidor que se assumiu mulher no registro civil.

A orientação da corte de contas foi destinada a servidor público, mas pode servir de influência aos segurados do **INSS**, já que ambos têm regras semelhantes. O assunto merecia maior atenção por parte do legislativo.

Não há no país uma regulamentação clara, nem tampouco a legislação previdenciária se adaptou para essa realidade social. Enquanto isso não ocorre, cabe à administração pública, e ao próprio Judiciário, dirimir sobre os conflitos que chegam nesse sentido.

O descompasso entre a demora do ajuste da lei e necessidade de resolver novos casos não é algo positivo. Embora o sistema judicial brasileiro disponha de engrenagem que busque unificar as díspares interpretações sobre o mesmo assunto, isso normalmente demora.

Costuma levar anos para que um conflito previdenciário entre na pauta dos ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) ou do STF (Supremo Tribunal Federal), a fim de que eles possam dar decisão com abrangência nacional.

Embora o Supremo, na ação direta de inconstitucionalidade nº 4.275, tenha decidido que a autoidentificação das pessoas é um direito fundamental da personalidade em reconhecer a identidade de gênero, a subjetividade dessa decisão não resolve as regras previdenciárias, em caso por exemplo de o segurado mudar de gênero na véspera de se aposentar.

O tribunal catarinense fundamentou que é preciso respeitar os princípios da dignidade da pessoa humana e da vedação à discriminação e, por isso, o ente público responsável pela análise de processos de aposentadoria não deve obstar aposentadorias de servidores que promoveram a alteração de gênero, atestada pelo documento de registro civil.

A alteração posterior do registro civil na véspera de se aposentar, com a mudança de gênero, pode gerar a necessidade de aportes financeiros ou, caso não seja feito, repercutir no equilíbrio financeiro das contas previdenciárias, ameaçando a solvência do regime.

É preciso que haja adaptação das normas previdenciárias para questões relacionadas às mudanças de gênero, como requisito etário, expectativa de vida e método de cálculo. Esses aspectos podem, e devem, ser enfrentados para que as regras para aqueles que desejem mudar de sexo fiquem mais claras e justas.

[...]

Esses aspectos podem, e devem, ser enfrentados para que as regras para aqueles que desejem mudar de sexo fiquem mais claras e justas

OPINIÃO Rômulo Saraiva Advogado especialista em Previdência Social, é professor, autor do livro Fraude nos Fundos de Pensão e mestre em Direito Previdenciário pela PUC-SP

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=498>

45

Suspensão julgamento da 'revisão da vida toda'

Minutos antes do fim do prazo, o ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), tirou o julgamento da "revisão da vida toda" de beneficiários da **Previdência Social** do Plenário Virtual, para o julgamento ser reiniciado no Plenário Físico. O placar estava 6 x 5 a favor dos aposentados, e o julgamento se encerraria às 23h59 da terça-feira. O pedido do ministro ocorreu por volta das 23h30.

No Plenário Físico, o voto do relator, o ex-ministro Marco Aurélio Mello, a favor dos aposentados, será descartado.

Assim, o ministro André Mendonça, ex-advogado-geral da União, poderia votar e reverter o julgamento, favorecendo a União. O Estadão/Broadcast apurou que a ala descontente com a manobra deve colocar em votação uma questão de ordem para manter o voto de Marco Aurélio Mello. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

STF reiniciará julgamento de impacto bilionário ao INSS

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187159

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187159

Pacheco desiste de se lançar ao Planalto

DANIEL WETERMAN LAURIBERTO POMPEU BRASÍLIA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MG), desistiu ontem de se lançar como candidato à Presidência da República pelo PSD. O partido o havia convidado a disputar o cargo em outubro, mas o senador vinha dando sinais de que não iria concorrer. A decisão, já esperada, foi comunicada oficialmente por Pacheco após uma reunião com o presidente nacional do partido, Gilberto Kassab, e a bancada da legenda no Senado.

Pacheco vai se dedicar à campanha pela reeleição na presidência do Senado, em fevereiro de 2023. Dessa forma, ele levantou a bandeira da reforma tributária e do pacote relacionado aos preços dos combustíveis, sob o discurso de usar o cargo para resolver problemas urgentes do País.

"Nesse cenário, tenho que dedicar toda a minha energia a conduzir o Senado neste ano fundamental para a tão ansiada recuperação do nosso País.

O cargo que me foi confiado por meus pares está acima de qualquer tipo de interesse pessoal ou de ambição eleitoral", disse Pacheco ontem, em discurso no plenário.

LEITE. O PSD ainda não definiu um nome para candidatura própria à Presidência, mas tenta atrair o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, atualmente no PSDB, considerado como o "plano B" para a disputa.

Leite está nos Estados Unidos em busca de investimentos para o Rio Grande do Sul.

"Quando retornar ao Estado, vamos retomar as conversas (sobre eleições presidenciais)", disse. "A decisão envolve coalizão, deputados e lideranças que podem seguir o mesmo caminho.

Na próxima semana este tema deve estar encaminhado", afirmou o governador, em entrevista coletiva durante viagem à Nova Iorque.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Zona Franca ficará fora de corte de IPI, diz governador

O governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), disse nesta quarta-feira (9) que o governo federal vai reeditar o decreto que promoveu um corte linear de 25% no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), deixando de fora produtos da Zona Franca de Manaus.

De acordo com ele, técnicos já estariam trabalhando num novo texto, que seria publicado ainda em março. Lima falou com jornalistas no Planalto, após encontro com o presidente Jair Bolsonaro (PL) e Paulo Guedes (Economia).

"Tivemos a garantia que os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus não sofrerão essa redução do IPI, o que garante às empresas que estão instaladas no polo industrial de Manaus a competitividade", disse o governador.

A redução do tributo, anunciada pelo governo em 25 de fevereiro, aliviou a carga tributária sobre produtos como carro, geladeira, TV e celular e desagradou a parlamentares do Amazonas, onde está instalada a Zona Franca de Manaus. Produtos de empresas instaladas na região já são isentas de IPI e perdem competitividade com a diminuição do imposto dos demais.

Como mostrou o Pânico, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), líder da legenda na Casa, esteve reunido com Guedes mais cedo e propôs criar exceções ao decreto que reduziu o IPI em 25%. O objetivo seria excluir da medida produtos do Processo Produtivo Básico e que são elaborados na região.

O ministro da Economia esteve com a bancada do Amazonas na residência oficial do Senado, de Rodrigo Pacheco (PSD-MG), onde discutiram a revisão de decreto.

"Há alguma resistência, especialmente em relação ao que é um interesse não só do Amazonas mas do Brasil, de preservação da Zona Franca de Manaus", disse Pacheco, mais cedo. O senador afirmou ainda que o tema estava em avaliação na pasta.

A negociação do Executivo com parlamentares e com Lima faz parte de uma negociação do governo para votar no plenário do Senado projeto de lei para desonerar **tributos** sobre combustíveis.

A proposta, que tinha previsão de votação para esta quarta-feira, como queria o governo, acabou sendo adiada.

Como a Folha mostrou, enquanto tenta chegar um consenso sobre quais medidas complementares serão adotadas para conter a escalada de preços nas bombas, devido ao conflito entre Rússia e Ucrânia, o governo decidiu priorizar a votação do chamado PLP11 no Senado.

A orientação surgiu após reunião na manhã desta quarta, de Bolsonaro com os ministros Paulo Guedes (Economia), Bento Albuquerque (Minas e Energia), Ciro Nogueira (Casa Civil) e com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Caso o governo concretize a edição de um novo decreto do IPI, a mudança significará na prática a reversão do corte de **tributos** para esses produtos. Sobre eles voltariam a incidir as alíquotas antigas, mais elevadas.

A pasta de Guedes resistia à medida. No entanto, nos bastidores integrantes da Economia admitiam na tarde de quarta-feira que seria difícil segurar a pressão, sobretudo em meio à votação dos projetos sobre combustíveis.

O ministro da Economia aposta na aprovação de um projeto de lei que está no Senado para conseguir mudar o ICMS sobre combustíveis e também zerar as alíquotas de **tributos** federais sobre o diesel e o gás.

Embora busque não vincular diretamente as duas negociações, IPI e combustíveis, Braga já fala que a votação do projeto pode ser postergada.

"Tem alguns ajustes que precisam ser feitos, o próprio relator deverá agora no plenário pedir para a gente adiar para amanhã [quinta, 10] ou terça a votação", disse o senador.

A equipe econômica usou a proximidade da votação desse projeto para segurar o apetite da ala política, que quer partir logo para a criação de subsídios para conter os preços dos combustíveis. Uma medida como essa teria custos bilionários para o Tesouro.

"Novas idéias podem surgir no governo, teremos toda tolerância e toda boa vontade, mas considero que a contribuição do governo federal neste momento em relação a esses projetos que estamos tramitando é a redução da alíquota de PIS/Cofins em relação ao óleo diesel e ao gás de cozinha. Isso já é uma contribuição significativa", disse Pacheco a jornalistas mais cedo.

Dentro do governo, no entanto, a pressão da ala política por ações mais contundentes continua e tende a aumentar diante do novo adiamento da votação no Senado.

Ao anunciar o corte do IPI, Guedes defendeu a medida dizendo que ela vai impulsionar o parque fabril brasileiro. "A redução de 25% do IPI é um marco do início da reindustrialização brasileira, após quatro décadas de desindustrialização", afirmou. "[O imposto] era uma estaca cravada na indústria brasileira, e nós vamos tirar essa estaca", disse.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49845&anchor=6451606&pd=70fe425174dc3d062670f52ab8af9f7a>

Governo aposta em corte de imposto e em reajuste escalonado

ADRIANA FERNANDES

Sem ter nas mãos uma bala de prata para conter o impacto da alta do petróleo no mercado internacional, o governo optou por ganhar tempo e colocar as suas fichas na redução dos **impostos** sobre combustíveis antes de decidir pela adoção de um subsídio para que a Petrobras segure o reajuste de preços para os consumidores. O subsídio pode custar em torno de R\$ 12 bilhões por mês, e a estratégia é esperar o efeito da queda dos **impostos** na bomba.

Nas reuniões de ministros com o presidente Jair Bolsonaro para encontrar uma saída, o governo também discutiu a possibilidade de a Petrobras escalonar os reajustes e não aumentar toda a defasagem de preços de uma só vez.

Nesse cenário, o reajuste seria feito numa velocidade menor.

Por exemplo, se a empresa precisar subir R\$ 1,80 para acompanhar o preço do petróleo, a ideia é que a Petrobras possa fazer um aumento menor inicialmente, deixando o restante para um segundo momento com a empresa administrando os seus contratos. No período, o preço dos combustíveis pode ficar menor com a redução de **impostos**, podendo levar a uma queda em torno de R\$ 0,70 no diesel para o consumidor.

A estratégia dá tempo para o governo monitorar os desdobramentos do preço do mercado internacional enquanto o cenário da guerra e os efeitos das sanções comerciais à Rússia fiquem mais claros. A expectativa é de que os efeitos da desoneração possam diminuir a pressão. Bolsonaro não bateu o martelo pela adoção do subsídio, mas fontes do Palácio do Planalto informam que proposta não saiu da mesa.

Balançando no cargo, o presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, insistiu nas reuniões em Brasília da necessidade da aprovação do subsídio e dos riscos de os dirigentes da empresa serem responsabilizados por perdas à empresa se não seguirem a política de paridade de preços internacionais, prevista no seu estatuto.

RISCOS. Silva e Luna alertou aos ministros para o risco de desabastecimento num cenário de preços

artificiais, principalmente de diesel, que depende de importação.

Ele avisou que não tem apego ao cargo e que não adotará medidas que ponham em risco a credibilidade e as finanças da empresa.

Como mostrou o Estadão, cerca de 300 navios com óleo diesel anualmente chegam aos portos brasileiros, com uma média de 1,5 bilhão de litros por mês.

Sem poder repassar a alta do preço internacional para os postos de abastecimento, as importações podem ser suspensas, até que o mercado se normalize.

Para essa estratégia de ganhar tempo dar certo, o governo vai precisar do apoio do Congresso na aprovação do Projeto de Lei Complementar 11. O projeto, ao alterar a forma de cobrança do ICMS (tributo cobrado pelos Estados) incidente sobre os combustíveis, sofre resistências dos Estados.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A política atrasada de congelamento de preços (Artigo)

Adriano Pires e Pedro Rodrigues são diretores do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Na Bahia, refinaria privatizada eleva preços em até 35% este ano

BRUNO ROSA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Sem dolarização à vista na nova lei cambial (Artigo)

***Luiz Roberto de Assis é sócio da área de direito
bancário de Levy & Salomão Advogados***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187159](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187159)

Site:

***[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187159](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187159)***

Barril de petróleo cai 13,1%

Os contratos futuros do petróleo fecharam a sessão de ontem com forte queda, com os investidores demonstrando um certo alívio depois que o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, sinalizar que poderia abrir mão de aderir à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

A expectativa de um cessar-fogo e o aumento da oferta do produto também ajudou para esse tombo nos preços do barril. Ontem, membros da Agência Internacional de Energia liberaram 62,7 milhões de barris de maneira emergencial de seus estoques.

O barril do petróleo tipo Brent, negociado em Londres e utilizado como referência da Petrobras, para entrega em maio, recuou 13,16%, ontem, e encerrou o pregão cotado a US\$ 111,14.

Nas bolsas internacionais, os investidores buscaram ativos de risco, em busca de ativos baratos e juros elevados, como o Brasil, ajudando o dólar a ensaiar um patamar abaixo de R\$ 5. O Índice Bovespa (Ibovespa), principal indicador da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), fechou o dia com alta de 2,43%, a 113,9 mil pontos.

Com a sinalização de Zelenski de que estaria preparado para fazer concessões em favor de uma trégua, as principais bolsas da Europa fecharam com altas mais robustas. O índice Stoxx 600, por exemplo, subiu 4,68%. A bolsa de Londres fechou em alta de 3,25%. Já a bolsa de Frankfurt, na Alemanha, disparou 7,92%. Paris avançou 7,13%.

Há um consenso de que o endurecimento das sanções à Rússia contribuiu para melhorar as expectativas de um cessar-fogo, já que a economia russa é muito mais dependente das exportações de commodities e precisa delas para importar. Rafael Bevilacqua, estrategista-chefe da Levante, pontuou que a queda do petróleo ocorreu devido à expectativa do mercado para alguma saída diplomática entre Rússia e Ucrânia. Mas considerou que a reaproximação dos EUA com a Venezuela não teve tanto impacto no mercado ontem.

A economista e consultora financeira autônoma Catharina avalia que a forte oscilação dos mercados, nos últimos dias, deve pressionar os preços globais. "A população global passa por um processo de busca por recuperação de sua produção pré-pandemia, e, com o atual choque de oferta de commodities, há uma perspectiva de uma **inflação** mais dolorida, pois o petróleo afeta toda a cadeia produtiva", destacou.

"Quando há uma alta assim nessa commodity, impacta no preço dos alimentos, da produção interna e, como consequência, na **inflação** sentida no bolso de pequenos consumidores e empresas", acrescentou. (FS e RH)

Servidores ampliam pressão



Milhares de manifestantes se concentraram na Praça da Estação, no Centro de Belo Horizonte, e seguiram em grande posse até a Praça da Liberdade



Boneco do governador Romeu Zema (Novo) foi colocado em caixão por servidores na Praça da Estação

Bel Ferraz, Guilherme Peixoto, Leandro Couri e Natasha Werneck

Manifestantes das forças de segurança pública ignoraram decisão judicial e, durante protesto ontem, em Belo Horizonte, explodiram diversas bombas. Eles foram às ruas para reivindicar recomposição salarial às perdas causadas pela **inflação**. A marcha, iniciada na Praça da Estação, no Centro, seguiu para a Praça da Liberdade, na Savassi. A jornalista Laura França, da TV Band Minas, sofreu trauma auditivo por causa do impacto de um artefato arremessado perto de onde ela estava posicionada. Depois, na segunda parte do ato, já nas proximidades do Palácio da Liberdade, outro profissional de imprensa, apesar de não ter se ferido, foi surpreendido por um artefato que passou de raspão por suas costas.

Do alto do carro de som que acompanhou os manifestantes, lideranças e parlamentares clamaram para que artefatos explosivos não fossem utilizados. Apesar disso, do início ao fim da marcha, as palavras de ordem das tropas, como a frase "Se Zema não pagar, a polícia vai parar", dividiram espaço com os estampidos e a fumaça que subia ao céu por causa das explosões. Imagens da TV Alterosa mostraram

agentes posicionando um artefato em um bueiro na Avenida dos Andradas, nas imediações da Praça da Estação. Foi possível, também, ouvir o som de uma explosão durante o trajeto da manifestação rumo à Savassi.

Na Praça da Liberdade, durante os discursos contrários às bombas, houve quem citasse o caso de Laura França para expor aos colegas os riscos dos explosivos. A decisão que veta as bombas foi expedida anteontem, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Em fevereiro, às vésperas do primeiro ato da categoria, o Palácio Tiradentes conseguiu medida cautelar semelhante - e, apesar da ordem, a reportagem do Estado de Minas flagrou, à época, diversos agentes portando armas de fogo.

A paralisação das tropas, iniciada há duas semanas, foi deflagrada para cobrar, do governador Romeu Zema (Novo), a recomposição inflacionária aos salários da categoria. Nem mesmo a oferta de 10,06% de aumento, feita pelo Executivo estadual quatro dias após o começo da greve branca e estendida a todos os servidores, foi suficiente para diminuir o movimento.

Parte da multidão que seguiu para a Praça da Liberdade cogitou acampar no espaço. Outros defendiam a ida à Cidade Administrativa. No fim das contas, os manifestantes decidiram ir à Praça Sete, no Centro, para interromper o trânsito. Apesar disso, parte dos participantes pretende continuar a pressão na sede da administração estadual. A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) prometeu apurar "as condutas de servidores que contrariam determinação judicial ou recomendações do Ministério Público de Minas Gerais".

Os manifestantes pedem a reposição salarial em três parcelas - uma de 13% e duas de 12%. O acordo foi fechado em 2019. A primeira fatia do reajuste foi paga em julho de 2020; as outras duas, previstas para setembro do ano passado e setembro deste ano, porém, acabaram vetadas por Zema. O reajuste fatiado às forças de segurança constava em projeto de lei (PL) aprovado pelos deputados estaduais em 2020. Uma emenda que estendeu o reajuste a todo o funcionalismo, no entanto, fez o governador vetar a concessão das duas parcelas barradas.

"[É um] governo que se preza tem que honrar a palavra. Mais ainda, o que assina em documento. Romeu Zema, neste momento, não tem diálogo ou palavra. A cada dia, ele cria uma desculpa diferente

para não cumprir o acordo", disse o deputado estadual Sargento Rodrigues (PTB), uma das vozes das polícias na Assembleia Legislativa. Rodrigues afirmou que a paralisação dos manifestantes só vai terminar quando Zema enviar, ao Parlamento, proposta para resgatar os termos do pacto firmado em 2019. Ele garantiu que não haverá recuo. "Estamos mexendo, aqui, com pessoas acostumadas ao embate e ao enfrentamento", assinalou.

Esse foi o terceiro ato público dos policiais desde que resolveram ir às ruas cobrar o reajuste. "Governador Romeu Zema, os policiais civis merecem respeito! Exigimos o pagamento da recomposição das perdas inflacionárias já!", expunha um dos cartazes espalhados pela Praça da Estação. O chefe do Poder Executivo, aliás, teve um boneco colocado dentro de um caixão.

Falta de acordo durante encontro

A diretora da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol) e presidente da Associação dos Escrivães da Polícia Civil de Minas Gerais (Aespol), Aline Risi, disse que o Poder Executivo não se mostrou disposto a negociar com os trabalhadores insatisfeitos. Na última semana, lideranças se encontraram com a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Luísa Barreto, mas o encontro foi considerado inócuo. "[Zema] Não abriu diálogo. Tivemos somente uma reunião com a secretária, que não adiantou nada e não houve nenhuma abertura para negociação. Foi só uma reunião para ela dar uma desculpa de por que não dar nossa recomposição das perdas inflacionárias. O governador está inflexível. Esperamos que durante esta manifestação abra diálogo para a gente. Espero que ele seja mais flexível", cobrou.

Além da reposição salarial nos termos acordados há quase três anos, as forças de segurança querem que Zema desista de tentar emplacar a adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O plano, pensado pela União para aliviar estados com problemas financeiros, é a esperança da atual administração para renegociar dívida que está em torno de R\$ 140 bilhões. Em que pese as dificuldades no fluxo de caixa, servidores temem prejuízos a carreiras do funcionalismo.

ZEMA CRITICA "DESORDEM"

Horas após as explosões na manifestações, o governador Romeu Zema foi ao Twitter repudiar a postura dos responsáveis pelos petardos. "Manifestar sem infringir a lei é legítimo e democrático. Mas atos de desordem e que coloquem em risco outras pessoas não serão aceitos. A liberdade caminha junto com a

responsabilidade", escreveu. "Minha solidariedade aos jornalistas atingidos por bombas durante as manifestações hoje em Belo Horizonte. A liberdade de imprensa será sempre defendida, assim como o direito de manifestar, desde que pacificamente", completou o governador.

Procurada pelo Estado de Minas, a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) afirmou que fez boletim de ocorrência para deixar a Polícia Civil formalmente ciente do caso. "As corregedorias das instituições também atuam para a identificação das autorias", garantiu a corporação militar.

Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe dos policiais civis, por sua vez, afirmou que a entidade adotou medidas para apurar "autoria, materialidade e circunstâncias" do arremesso do explosivo que atingiu a repórter da Bandeirantes.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/10/03/2022/p1>

■ MINAS

Agentes das forças de segurança do estado voltam às ruas de BH para forçar governo a elevar reajuste salarial. Desrespeitam ordem judicial, jogam bombas e ferem jornalista

Servidores ampliam pressão

BEI FERRAZ, GUILHERME PEIXOTO,
LEANDRO COURI e NATASHA WERNECK

Manifestantes das forças de segurança pública ignoraram decisão judicial e, durante protesto ontem, em Belo Horizonte, explodiram diversas bombas. Eles foram às ruas para reivindicar recomposição salarial às perdas causadas pela inflação. A marcha, iniciada na Praça da Estação, no Centro, seguiu para a Praça da Liberdade, na Savassi. A jornalista Laura França, da TV Band Minas, sofreu trauma auditivo por causa do impacto de um artefato arremessado perto de onde ela estava posicionada. Depois, na segunda parte do ato, já nas proximidades do Palácio da Liberdade, outro profissional de imprensa, apesar de não ter se ferido, foi surpreendido por um artefato que passou de raspão por suas costas.

Do alto do carro de som que acompanhou os manifestantes, lideranças e parlamentares clamaram para que artefatos explosivos não fossem utilizados. Apesar disso, do início ao fim da marcha, as palavras de ordem das tropas, como a frase "Se Zema não pagar, a polícia vai parar", dividiram espaço com os estapafúrdios e a fumaça que subia ao céu por causa das explosões. Imagens da TV Alterosa mostraram agentes posicionando um artefato em um bueiro na Avenida dos Andradas, nas imediações da Praça da Estação. Foi possível, também, ouvir o som de uma explosão durante o trajeto da manifestação rumo à Savassi.

Na Praça da Liberdade, durante os discursos contrários às bombas, houve quem citasse o caso de Laura França para expor aos colegas os riscos dos explosivos. A decisão que veta as bombas foi expedida anteriormente, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJM-G). Em fevereiro, às vésperas do primeiro ato da categoria, o Falcão Tardentes conseguiu medida cautelar semelhante — e apesar da ordem, a reportagem do Estado de Minas flagrou, à época, diversos agentes portando armas de fogo.

A paralisação das tropas, iniciada há duas semanas, foi deflagrada para cobrar, do governador Romeu Zema (Novo), a recomposição inflacionária dos salários da categoria. Nem mesmo a oferta de 10,06% de au-



Milhares de manifestantes se concentraram na Praça da Estação, no Centro de Belo Horizonte, e seguiram em grande passeata até a Praça da Liberdade

mento, feita pelo Executivo estadual quatro dias após o começo da greve branca e estendida a todos os servidores, foi suficiente para diminuir o movimento.

Parte da multidão que seguiu para a Praça da Liberdade cogitou acampar no espaço. Outros defendiam a ida à Cidade Administrativa. No fim das contas, os manifestantes decidiram ir à Praça Sete, no Centro, para interromper o trânsito. Apesar disso, parte dos participantes pretende continuar a pressão na sede da administração estadual. A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) prometeu apurar "as condutas de servidores que contrariam determinação judicial ou recomendações do Ministério Público de Minas Gerais".

Os manifestantes pedem a reposição salarial em

três parcelas — uma de 15% e duas de 1,2%. O acordo foi fechado em 2019. A primeira faixa do reajuste foi paga em julho de 2020, as outras duas, previstas para setembro do ano passado e setembro deste ano, porém, acabaram vetadas por Zema. O reajuste fatiado às forças de segurança constava em projeto de lei (PL) aprovado pelos deputados estaduais em 2020. Uma emenda que estendeu o reajuste a todo o funcionalismo, no entanto, fez o governador vetar a concessão das duas parcelas barradas.

"[É um] governo que se preza tem que honrar a palavra. Mais ainda, o que assina em documento. Romeu Zema, neste momento, não tem diálogo ou palavra. A cada dia, ele cria uma desculpa diferente para não cumprir o acordo", disse o deputado esta-

dual Sargento Rodrigues (PTB), uma das vozes das polícias na Assembleia Legislativa. Rodrigues afirmou que a paralisação dos manifestantes só vai terminar quando Zema enviar, ao Parlamento, proposta para resgatar os termos do pacto firmado em 2019. Ele garantiu que não haverá recuo. "Estamos mexendo, aqui, com pessoas acostumadas ao embale e ao enfrentamento", assinalou.

Esse foi o terceiro ato público dos policiais desde que resolveram ir às ruas cobrar o reajuste. "Governador Romeu Zema, os policiais civis merecem respeito! Exigimos o pagamento da recomposição das perdas inflacionárias já!", expunha um dos cartazes espalhados pela Praça da Estação. O chefe do Poder Executivo, aliás, teve um boneco colocado dentro de um caixão.



Boneco do governador Romeu Zema (Novo) foi colocado em caixão por servidores na Praça da Estação

Falta de acordo durante encontro

A diretora da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol) e presidente da Associação dos Escrivães da Polícia Civil de Minas Gerais (Aespol), Aline Risi, disse que o Poder Executivo não se mostrou disposto a negociar com os trabalhadores insatisfeitos. Na última semana, lideranças se encontraram com a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, Luisa Barreto, mas o encontro foi considerado inócuo. "[Zema] Não abriu diálogo. Tivemos somente uma reunião com a secretária, que não adiantou nada e não houve nenhuma abertura para negociação. Foi só uma reunião para ela dar uma desculpa de por que não dá nossa recomposição das perdas inflacionárias. O governador está inflexível. Esperamos que durante esta manifestação abra diálogo para a gente. Espero que ele seja mais flexível", cobrou.

Além da reposição salarial nos termos acordados há quase três anos, as forças de segurança querem que Zema desista de tentar emplacar a adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). O plano, pensado pela União para aliviar estados com problemas financeiros, é a esperança da atual administração para renegociar dívida que está em torno de R\$ 140 bilhões. Em que pese as dificuldades no fluxo de caixa, servidores temem prejuízos a carreiras do funcionalismo.

■ ZEMA CRITICA "DESORDEM"

Horas após as explosões nas manifestações, o governador Romeu Zema foi ao Twitter repudiar a postura dos responsáveis pelos petardos. "Manifestar sem infringir a lei é legítimo e democrático. Mas atos de desordem e que coloquem em risco outras pessoas não serão aceitos. A liberdade caminha junto com a responsabilidade", escreveu. "Minha solidariedade aos jornalistas atingidos por bombas durante as manifestações hoje em Belo Horizonte. A liberdade de imprensa será sempre defendida, assim como o direito de manifestar, desde que pacificamente", completou o governador.

Procurada pelo Estado de Minas, a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) afirmou que fez boletim de ocorrência para deixar a Polícia Civil formalmente ciente do caso. "As corregedorias das instituições também atuam para a identificação das autoridades" garantiu a corporação militar.

Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe dos policiais civis, por sua vez, afirmou que a entidade adotou medidas para apurar "autoridade, materialidade e circunstâncias" do arremesso do explosivo que atingiu a repórter da Bandeirantes.

Indústria encolhe 2,4% em janeiro e fica mais longe do pré-pandemia

Leonardo Vieceli

A produção industrial voltou a perder fôlego e amargou queda de 2,4% em janeiro, na comparação com dezembro. É a maior baixa para o mês desde 2018 (-2,6%), informou nesta quarta (9) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com o resultado, a produção eliminou parte do avanço de 2,9% que havia sido registrado em dezembro. Assim, o indicador ficou mais distante do pré-pandemia. Está 3,5% abaixo do patamar de fevereiro de 2020, antes da crise sanitária. Também está em nível 19,8% inferior ao recorde da série histórica, de maio de 2011.

O desempenho de janeiro veio pior do que as expectativas do mercado financeiro.

Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam retração de 1,9%.

Na comparação com janeiro de 2021, a produção industrial teve queda de 7,2%, conforme o IBGE. Nesse recorte, analistas também estimavam recuo menor, de 6,3%.

A contração de 2,4%, ante dezembro, teve perfil disseminado. Segundo o IBGE, 20 das 26 atividades industriais pesquisadas apresentaram baixa na produção.

"A indústria vem sendo afetada pela desarticulação das cadeias produtivas em razão da pandemia, tendo no encarecimento dos custos e na dificuldade para obtenção de insumos características importantes desse processo", disse André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE.

"Além disso, os juros e a **inflação** em elevação, ao lado de um número ainda elevado de trabalhadores fora do mercado de trabalho, ajudam a explicar o comportamento negativo da indústria." Entre as atividades, as quedas mais importantes em janeiro foram assinaladas por veículos automotores, reboques e carrocerias (-17,4%) e indústrias extrativas (-5,2%). Esses segmentos haviam acumulado expansões de 18,2% e 6%, respectivamente, nos dois últimos meses de 2021.

"O segmento de veículos automotores é exemplo de desarticulação da cadeia produtiva, já que tem dificuldades na obtenção de insumos importantes para a produção do bem final", disse Macedo.

"O setor extrativo, em janeiro de 2022, teve a extração do minério de ferro bastante afetada pelas chuvas em Minas Gerais", completou.

Conforme o pesquisador, a alta de 2,9% na indústria em dezembro pode ter refletido a antecipação da produção, em razão do fato de janeiro ser um mês marcado por férias coletivas e paralisações.

"Até no indicador acumulado dos últimos 12 meses, no qual a indústria permanece em crescimento, com expansão de 3,1%, os avanços perdem cada vez mais a intensidade. Em agosto de 2021, a taxa chegou a registrar 7,2%", afirmou o gerente da pesquisa do IBGE.

A partir de fevereiro, o cenário macroeconômico ganhou uma preocupação a mais com a guerra entre Rússia e Ucrânia. A tensão relacionada ao conflito fez as cotações de commodities agrícolas e do petróleo disparar no mercado internacional.

A situação, segundo analistas, pode afetar tanto os preços de insumos quanto os custos logísticos no setor industrial, já impactados pela pandemia.

"É claro que esse conflito pode trazer ainda mais consequências sobre as cadeias produtivas globais, afetando a produção doméstica", afirmou Macedo.

"Como isso vai ocorrer, e em que magnitude, a gente tem de esperar o decorrer do ano. Esse movimento traz reflexos negativos", emendou.

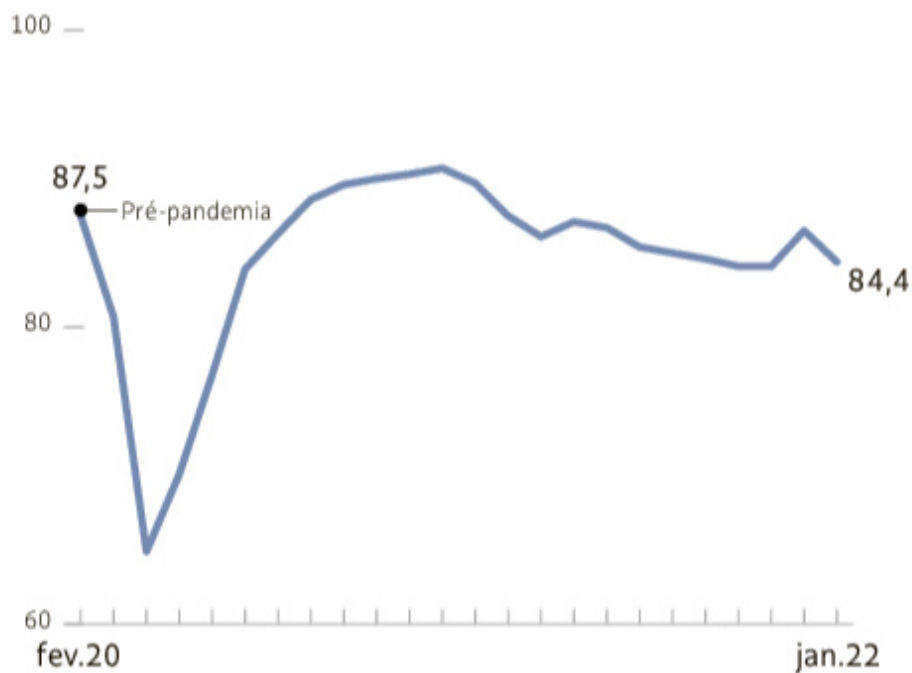
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49845&anchor=6451606&pd=70fe425174dc3d062670f52ab8af9f7a>

Desempenho das fábricas no Brasil

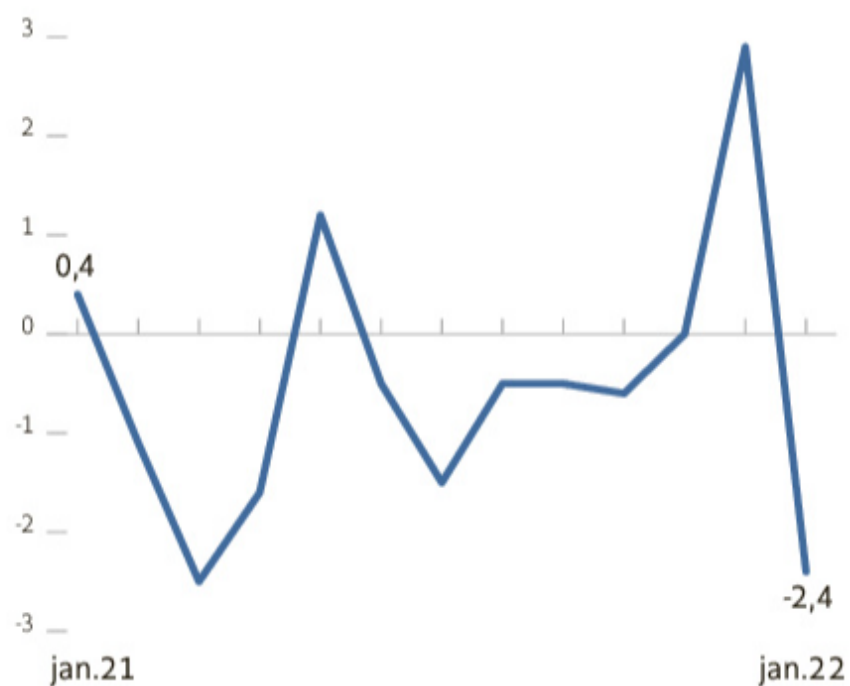
Nível da produção industrial

Em pontos, base = 100



Variação mensal da produção industrial

Frente ao mês imediatamente anterior, em %



Fonte: IBGE

Os impactos do conflito Rússia x Ucrânia - SOLANGE SROUR

Enquanto a guerra na Ucrânia continua sem perspectiva de um cessar-fogo a curto prazo, as possíveis consequências econômicas para os próximos anos -como uma **inflação** alta e persistente e uma maior desaceleração da economia global- tendem a ser mais relevantes. Em uma perspectiva mais de longo prazo, surge o questionamento do dólar como moeda dominante do sistema financeiro e do papel do Fed como provedor de liquidez mundial.

O brutal aumento nos preços das commodities, principalmente de energia e alimentos, foi o efeito mais imediato do conflito. O mundo enfrenta, neste momento, a perspectiva de um choque inflacionário tão grande quanto o observado no início da década de 1970, o que deve levar a uma queda considerável da renda disponível e do consumo.

Exacerbando o efeito estagflacionário, devemos nos deparar novamente com a interrupção das cadeias globais de produção. Para citar um exemplo, metade do gás neon do mundo é fabricado na Ucrânia, e o produto é insumo para chips e semicondutores. Quão alta será a **inflação** e quão agudo será o efeito recessivo dessa nova crise dependem não só da extensão do conflito mas principalmente das respostas das principais economias.

O complicador atual é a demora na contenção das políticas monetárias e fiscais expansionistas que limitarão consideravelmente as opções disponíveis agora. Com a **inflação** já bastante alta, os mais importantes bancos centrais precisarão escolher entre intensificar a desaceleração econômica e desancorar as expectativas de **inflação**.

Antes da eclosão do conflito, a **inflação** americana já havia atingido 7,5%, e o Fed tentava domar as expectativas depois de abandonar o discurso de que a **inflação** era transitória. O gradualismo no aperto monetário -recomendável em um ambiente de elevada incerteza- pode não ser uma alternativa quando a **inflação** já excede níveis aceitáveis e a credibilidade das autoridades monetárias está em xeque.

Do ponto de vista fiscal, a expansão tende a ser mais restritiva do que era antes da pandemia. Nos EUA, além do aumento significativo da dívida e da perspectiva de subida dos juros, o timing político para um aumento significativo dos gastos passou. Para

dificultar o cenário, agora tanto os EUA quanto a Europa podem ser vítimas das sanções impostas à Rússia no que tange ao financiamento de suas dívidas.

Uma das sanções mais relevantes foi a decisão ocidental de negar ao banco central russo o acesso aos seus ativos de reserva denominados em moedas ocidentais e mantidos sob custódia em instituições ocidentais. Não que isso já não tenha sido adotado antes, mas esta é a primeira vez que ocorre em um país que tem uma posição bem significativa de investimentos no exterior.

Se os bancos centrais não puderem mais contar com seus ativos de dólar ou euro quando mais precisarem, começarão a questionar o valor da detenção desses ativos.

Com os atuais níveis de juros pagos pelos Tesouros americano e alemão, a única razão que os bancos centrais têm para manter títulos desses países é a garantia de segurança de dispor deles a qualquer momento. Isso pode levar à mudança de longo prazo na composição das reservas de grandes bancos centrais e ao questionamento do dólar como moeda dominante do sistema financeiro internacional e do euro como alternativa.

Para os EUA, as implicações da perda do dólar como moeda mais utilizada no mundo são consideráveis. Nas últimas décadas, o país vem incorrendo consistentemente em déficits em conta-corrente, financiado pelos países superavitários (especialmente pela China). Se o dólar perde status de reserva de valor, os déficits gêmeos se tornam inconcebíveis, e o resultado será desvalorização da moeda e alta das taxas de juros, especialmente as longas.

Para o mundo, as consequências dessa possível instabilidade financeira não serão nada desprezíveis. O Federal Reserve é o "salvador" de última instância do sistema financeiro global, pronto para injetar dólares quando necessário via linhas de swap ou para injetar liquidez na economia dos EUA. Foi assim nas crises do México em 1995, da Ásia em 1997, da Rússia em 1998, da Europa em 2012, na grande crise financeira de 2008 e, mais recentemente, durante a pandemia.

Os impactos de médio e longo prazos desta guerra devem ir muito além do seu término, assim como ocorreu em todas as grandes guerras passadas. Qualquer diagnóstico sobre a economia global nos próximos anos parece muito precipitado diante do elevado grau de incerteza sobre o que ocorrerá nos próximos meses.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49845&anchor=6451606&pd=70fe425174dc3d062670f52ab8af9f7a>

Guerra deve estender sequência de altas dos juros, dizem analistas

As projeções para a **inflação** brasileira deste ano já chegam a 7% (o dobro do centro da meta para este ano) por causa da alta do petróleo e dos alimentos, provocada pela guerra entre Rússia e Ucrânia. Desde o início do confronto até a última terça-feira, o índice CRB, que mede a **inflação** global das commodities em dólar, subiu 15,2%. Há consultoria que espera alta de até 25% nos preços em dólar das matérias-primas em 2022, o que piora a **inflação** e amplia o esforço para conter preços. O mercado vê a taxa básica de juros, hoje em 10,75% ao ano, acima de 13% ao final do ciclo de alta, podendo chegar a 14%.

Por conta dos desdobramentos da guerra, o Bank of America (BofA), por exemplo, foi a instituição que fez a maior revisão de expectativa de **inflação** para o ano: elevou em um ponto e meio, de 5% para 6,5%, a projeção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O BNP Paribas subiu de 6% para 7% e está no topo das projeções de IPCA para 2022 ao lado Credit Suisse, que aumentou de 6,2% para 7%. E o Credit colocou um viés de alta na projeção, caso haja um ajuste completo no preço dos combustíveis, cenário que ainda não é o esperado pelo banco.

O chefe de Economia para Brasil e Estratégia para América Latina do BofA, David Beker, cita o aumento de preços de fertilizantes e alimentos para a revisão da **inflação**.

"Estimamos que o impacto total da alta de preços de grãos deve ser sentido no fim do primeiro semestre de 2022 no IPCA, e revisamos nossa expectativa de **inflação** de alimentos no fim do ano para 11%, de 7,5% antes", diz, em relatório.

Julia Passabom, economista do Itaú Unibanco, lembra que o impacto do conflito nas cadeias de suprimentos é muito grande. A Rússia responde por 11% das exportações de petróleo e, junto com a Ucrânia, detém 28% das exportações de trigo e 20% de milho. "Essa puxada que houve no índice CRB nos últimos dias reflete o impacto da guerra na cadeia global de produção." Nesta semana, o banco que projetava IPCA de 5,5% deve revisar para cima esse número por conta da alta dos alimentos e dos combustíveis. Diante das incertezas, a economista considera a possibilidade de o barril de petróleo ir a US\$ 200 no curto prazo.

"Mas não é o cenário mais provável." Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores, diz que a previsão da sua consultoria de uma **inflação** de 6% para este ano está sendo colocada em xeque a cada dia de duração do conflito. "É um cenário de 6%, com viés de alta e de forte alta." Ele argumenta que, com os problemas de oferta e demanda de várias matérias-primas, puxadas pelo petróleo e grãos, mas que também envolvem metais industriais importantes, cresce o desalinhamento de preços das cadeias globais de produção.

"A **inflação** global está contratada", afirma o economista Fabio Silveira, sócio da consultoria MacroSector. Nas suas contas, o índice CRB deve ter uma alta de 25% em dólar neste ano. Essa pressão inflacionária vinda de commodities deve levar os Estados Unidos a subirem juros e no Brasil a taxa básica pode ir a 13% ao final do ciclo, ainda com o recuo do dólar para algo ao redor de R\$ 5.

SELIC. Por ora, a maioria dos economistas ouvidos pelo Estadão/ Broadcast ainda espera que, na reunião da próxima semana do Comitê de Política Monetária, o Banco Central opte por um aumento de 1 ponto porcentual da Selic, de 10,75% para 11,75% ao ano, o que já seria o maior nível em cinco anos. Mas já está no radar um ciclo de altas mais longo que o esperado anteriormente, com a taxa de juros chegando até a mais de 13%.

Para o economista-chefe da Garde Asset, Daniel Weeks, o BC também deve aumentar a Selic em 1 ponto porcentual na semana que vem. Com a mudança do cenário provocada pela guerra, o risco maior é de mais altas de 1 ponto do que de um aperto de 1,25 ponto, diz.

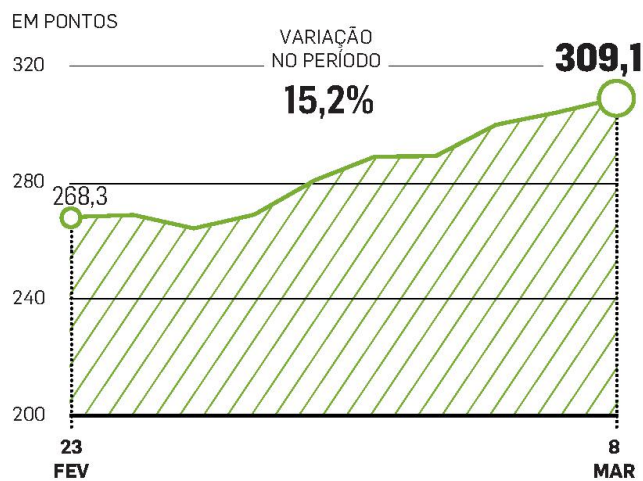
Para o fim do ciclo, Weeks, atualmente, projeta 12,75%, mas admite que aumentou bastante a chance de o BC ter de ir além deste patamar. "Pode ser acima de 13%. E provavelmente vai demorar mais para cair. Pode ser até perto de 14%. A assimetria está toda para este lado. Qual será o valor do petróleo? US\$ 120, US\$ 150, US\$ 200? Ninguém sabe."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

ESCALADA

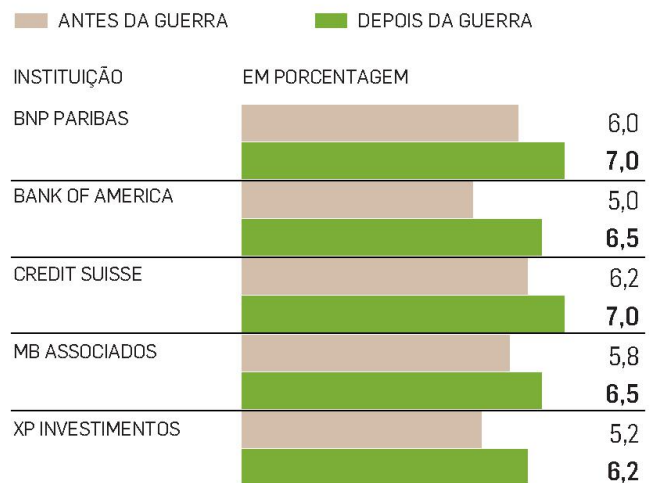
Guerra provoca disparada de preços internacionais das commodities e pressiona inflação

Evolução do índice de commodities CRB* desde o início do conflito



*ÍNDICE COMMODITY RESEARCH BUREAU FUTURE

Projeções para a inflação brasileira de 2022 (IPCA)



FONTES: DADOS DO CRB ELABORADOS PELA LCA CONSULTORES E PROJEÇÕES DE IPCA DOS DEPARTAMENTOS ECONÔMICOS DAS INSTITUIÇÕES / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Pior crise é a interna (Artigo)

Raul Velloso Consultor econômico

Pandemia à parte (será que já podemos relaxar por conta do seu arrefecimento?), as atenções se voltam para uma nova e grave crise mundial, detonada desta feita por um ataque maciço à Ucrânia, desferido por sua vizinha e uma das nações mais poderosas do planeta, a Rússia. Óbvio que é terrível para o mundo todo enxergar as mortes e as multidões de refugiados no contexto de uma guerra que, com a agravante dos armamentos mais modernos de hoje, ocorre em meio às durezas do inverno do Hemisfério Norte.

Ainda que a Rússia tenha diminuído bastante de dimensão econômica desde os tempos da guerra fria (seu **PIB** é hoje menor do que o do Estado americano do Texas), é uma das principais produtoras de petróleo e gás natural no âmbito mundial, sendo a maior fornecedora desses insumos para a Europa Ocidental.

Não por outro motivo, o que muito chama a atenção de todos em um primeiro momento é a desorganização dentro dessas e de outras cadeias de produção e consumo, com destaque ainda para commodities agrícolas, inclusive fertilizantes, intensamente comercializadas no plano mundial, o que levou a fortes ameaças de desabastecimento e disparada de preços.

Difícilmente escaparemos de uma maior pressão cambial e inflacionária vinda de fora, ainda que o Brasil, sendo um importante player no mercado mundial de commodities, esteja hoje bem mais preparado no que toca à disponibilidade de divisas para administrar suas contas externas. Isso fará uma grande diferença a nosso favor, bastando lembrar do que aconteceu por aqui nas crises petrolíferas dos anos 70 e 80, quando o nosso leque de opções para reagir rapidamente era mínimo.

Em tempos mais bicudos, já estaríamos arrumando a mala para uma ida ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para pedir socorro. Hoje, somos exportadores líquidos de petróleo e temos um volume inédito de divisas no caixa, relativamente a qualquer variável macro que com ele se compare.

Diante da ameaça de guerra em uma escala mundial, independentemente de quem seja o principal culpado, americanos e europeus ocidentais já se organizam para enfrentá-la, inclusive com as chamadas "sanções" aos russos, já em andamento.

Quanto a nós, ainda que o noticiário local já tenha escasseado as menções aos velhos problemas internos, minha modesta visão é de que não podemos relaxar no ataque ao "x" da nossa questão, que é, ainda, em grande medida interna - leia-se "previdência", algo que até muitos aceitam, mas poucos parecem querer atacar. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Rodovias da União vão ter a menor verba para obras em 17 anos, diz CNI



ANDRÉ BORGES

As rodovias federais públicas terão, em 2022, menos da metade dos investimentos de que necessitam para serviços de manutenção e adequação de trechos. Para que a estrutura dos 50 mil quilômetros de estradas sob gestão pública pudesse, pelo menos, manter a qualidade atual - que já não é boa -, seria necessário injetar R\$ 12,3 bilhões. O que se prevê até o fim deste ano eleitoral, porém, é que esse montante chegue a, no máximo, R\$ 6 bilhões, e isso incluindo incrementos pelo Congresso, já que o Orçamento prevê oficialmente pouco mais de R\$ 4,2 bilhões. É o pior cenário dos últimos 17 anos.

A avaliação é da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que analisou o histórico de investimentos públicos e as perspectivas para as estradas federais. Os dados históricos mostram que a demanda por investimentos nas rodovias públicas foi de R\$ 11,1 bilhões e R\$ 12,2 bilhões, nos anos de 2019 e 2020, respectivamente.

O valor efetivamente executado, porém, ficou em R\$ 7,4 bilhões por ano.

Apesar do encolhimento dos valores destinados para rodovias federais, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, é a aposta do presidente Jair Bolsonaro para o governo de São Paulo, ancorado na imagem de tocador de obras. O Ministério da Infraestrutura sustenta que a redução não foi uma decisão autônoma da pasta, mas motivada pela contenção de gastos determinada pela área econômica do governo.

Se considerado o que está previsto no Orçamento para 2022, a conclusão é de que os gastos giram em torno de apenas 10% do que foi injetado pelo governo nas estradas federais em 2010, quando receberam o equivalente a R\$ 41,3 bilhões, em valores corrigidos pela **inflação**.

MANUTENÇÃO. O órgão do Ministério da Infraestrutura responsável pela aplicação dos recursos e pela contratação das obras é o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A ordem é se concentrar em manutenção básica e, apenas em situações extremamente necessárias, partir para duplicações ou construção de contornos, por exemplo.

Em 2020, 58% dos gastos foram direcionados para manutenção, 28% para adequações e 14% para construção efetiva.

A atual malha federal administrada pelo Dnit é majoritariamente formada por rodovias de pista simples (94% do total) e apenas 2% da extensão passa por duplicação (746 km), conforme os dados da CNI. Os números do próprio governo mostram que mais de 50% da malha rodoviária federal se encontra em estado "regular", "ruim" ou "péssimo".

"É uma situação que requer alternativas, porque estamos falando de logística e de um serviço público essencial. As concessões nunca serão a resposta para tudo, porque nem todos os trechos se sustentam com esse modelo", diz Matheus de Castro, especialista em infraestrutura da CNI.

"Por isso, além de ações no Congresso, é preciso buscar recursos complementares, mais parcerias com instituições como o Banco Mundial, o Banco dos Brics, para financiar esses empreendimentos." A CNI diz acreditar que, mesmo Estados com limitações orçamentárias para investimento, poderiam - isoladamente ou com apoio do BNDES ou outras instituições - absorver rodovias federais de "vocação" ou interesse estadual para serem licitadas individualmente ou em blocos, dentro de contratos de manutenção e adequação.

RESPOSTA. A reportagem questionou o Ministério da Infraestrutura sobre a situação pífia dos investimentos.

A pasta informou que, entre 2019 e 2021, revitalizou, construiu e duplicou 4,1 mil quilômetros de rodovias federais pelo País. Houve, também, segundo a pasta, cobertura contratual de serviços para mais de 94% da malha sob supervisão estatal.

"Com a redução orçamentária que ocorre nos últimos anos devido à necessidade de ajuste fiscal do país, o governo federal investe na parceria com a iniciativa privada, com um modelo de concessão que garante maciços investimentos e qualidade na prestação dos serviços em infraestrutura de transportes", declarou o ministério.

Foram concedidas seis rodovias pelo governo, que terão R\$ 37,3 bilhões em investimentos privados. "Este valor é equivalente a aproximadamente seis vezes o orçamento do Minfra para realizar obras em todos os setores de transporte", informou a pasta. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

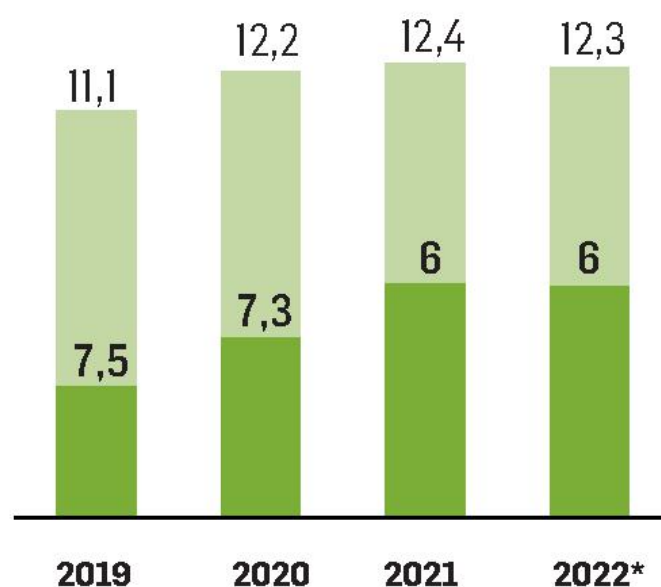
ROMBOS NO CAMINHO

Recursos para a manutenção de estradas federais têm sido insuficientes

Investimentos em rodovias públicas federais

EM BILHÕES DE REAIS

NECESSÁRIO REALIZADO



*INCLUI R\$ 4,2 BILHÕES PREVISTOS NO ORÇAMENTO MAIS A PREVISÃO DE EMENDAS VIA CONGRESSO **FONTE:** CNI / **INFOGRÁFICO:** ESTADÃO

Indústria inicia mal o ano e guerra piora cenário

Lucianne Carneiro e Marta Watanabe Do Rio e de São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187159

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187159

Guerra no leste europeu já impacta preços de bens e serviços no Brasil - COMÉRCIO EM PAUTA

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187159

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187159